



## **IDEALISMO E EDUCAÇÃO: as relações entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC e o Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS - 1968/1979**

ARIANE DOS REIS DUARTE<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este estudo é um recorte de uma pesquisa mais ampla realizada no curso de Mestrado em Educação<sup>2</sup> onde se procurou construir uma história do Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS, entre os anos de 1968 a 2007. O objetivo da pesquisa foi compreender como o discurso idealista e comunitário difundido pela mantenedora da instituição (CNEC), mobilizou o esforço da comunidade de Morungava pela permanência do Colégio Santa Luzia ao longo dos anos, bem como analisar quais as representações produzidas pelos diretores<sup>3</sup> sobre tal discurso e as práticas desenvolvidas a partir dele nas memórias dos entrevistados.

Neste recorte, sob a perspectiva teórico-metodológica da História Cultural e da História Oral, são abordados os primeiros tempos da instituição, com o objetivo de identificar as representações sobre os movimentos feitos em prol da fundação da escola, assim como compreender as práticas que visavam à permanência da instituição em um contexto pouco favorável. O texto está estruturado em três seções: a primeira contempla questões teórico-metodológicas; a segunda traz um breve histórico do Colégio Santa Luzia e sua mantenedora; e por fim, a última discute as representações e práticas em torno da permanência da escola.

### **Caminhos percorridos: escolhas teórico-metodológicas**

Os aportes metodológicos do estudo concentram-se na História Oral. Dessa forma, foram feitas entrevistas com membros da direção da escola, cujas narrativas possibilitaram a construção de uma história para esta instituição. É importante frisar que tal escolha não se dá pelo fato de que estes sujeitos exerceram cargos diretivos. Toda pesquisa exige escolhas e para este trabalho, esta foi uma das opções viáveis.

Embora membros da direção, todos os entrevistados foram professores da escola em diferentes momentos. Nesse sentido, o estudo não teve intenção de priorizar as falas destes

---

<sup>1</sup> Graduada em História e Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS com bolsa Capes/PROEX. Integrante do grupo de pesquisa EBRAMIC – Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar.

<sup>2</sup> Detalhes sobre este estudo em Duarte (2015).

<sup>3</sup> Atualmente o termo diretor vem sendo substituído por gestor. No entanto, no estudo optou-se por utilizar o termo diretor, pois os entrevistados utilizavam essa nomenclatura.

sujeitos pelos cargos que exerceram. Trata-se de sujeitos *infames*<sup>4</sup> que ao construir suas narrativas, dão a sua versão sobre o passado. Esses diretores são “ilustres desconhecidos”, mas com suas ações, determinaram em grande parte os rumos de uma escola. Assim, com eles, contou-se uma história.

Amado (1995), diz que “toda narrativa apresenta uma versão, um ponto de vista sobre algo [...] ‘Importa a versão, não o fato’ [...]”. Assim, neste estudo, são problematizadas as representações das memórias destes sujeitos, que produzem suas versões sobre a escola.

Quadro 1 - Relação de entrevistados

Entrevistado	Formação	Período de trabalho na escola	Data e local das entrevistas
Antônio Carlos Fialho	Filosofia	Direção: 1968/1972 Docência: 1968/1983	Outubro de 2013, em sua casa
José Moacir Schreiber	Letras/inglês	Direção/docência: 1973/1994	Setembro de 2013, nas dependências da escola
Hilda Luzia Nascimento	Pedagogia	Docência: 1985/2002 Vice-direção: 2002 - atual	Janeiro de 2014, nas dependências da escola

Fonte: A autora (2015).

A História Oral pressupõe que as memórias que emergem destas narrativas sejam entendidas como documentos. Barros (2004) diz que, ao longo da segunda metade do século XX, as discussões e problematizações em torno da história oral possibilitaram a legitimação das narrativas orais como documentos históricos:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim, não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo o quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992, p. 207)

Sendo a história uma produção, fazê-la a partir de memórias é um meio absolutamente viável e cabe ao historiador fazer o exercício de crítica e relativização. A fala do entrevistado não está pronta por si só, tampouco pode ser considerada como portadora de verdades absolutas. O que não significa que a veracidade dos fatos não seja pensada: significa, sim, construir um “discurso de verdade, construindo uma relação, que busca ser controlável com o

<sup>4</sup> Termo foucaultiano. Segundo ele são “[...]Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que não sobrevivem senão a um poder que mais não quis aniquilá-las, ou pelo menos apagá-la, vidas que a nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos [...]” (Foucault, s/d.,p.102).

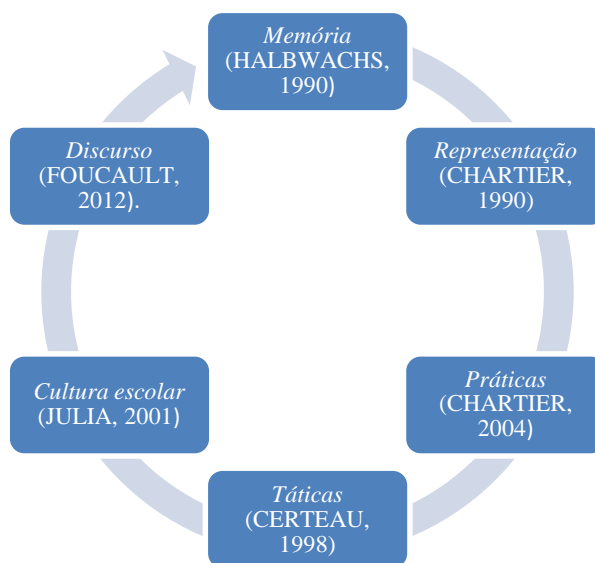
que se estabelece com seu referente, no caso a ‘realidade’ desaparecida”. (CHARTIER, 2002, p. 159)

Quanto às questões teóricas, o estudo tem seu referencial teórico voltado para o campo da História Cultural, que tem como pressuposto

[...] a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída [...] Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas. (BURKE, 1992, p. 11).

Os principais conceitos mobilizados foram: *memória* (HALBWACHS, 1990), *representação* (CHARTIER, 1990) *práticas* (CHARTIER, 2004), *táticas* (CERTEAU, 1998) *cultura escolar* (JULIA, 2001) e *discurso* (FOUCAULT, 2012). O quadro abaixo sintetiza a forma com a qual os conceitos foram trabalhados.

Quadro 2 – Esquema conceitual



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Desse modo, as narrativas de memória foram problematizadas e entendidas como uma representação do passado. Essas representações trouxeram à tona práticas e táticas, que empreendidas em diferentes momentos e circunstâncias, acabaram por constituir uma cultura escolar. Para compreender o empenho do corpo docente para com a escola, o estudo recorreu ao conceito de discurso, entendendo que na relação entre as escolas cenevistas e a mantenedora, ocorre a construção de uma produção discursiva que pregava o idealismo e a intensa dedicação a causa educacional.

## **Histórico da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC e do Colégio Santa Luzia**

O idealizador da Campanha, Felipe Tiago Gomes, nasceu em Picuí/PB. De origem humilde e com forte formação cristã, ainda jovem mudou-se para Recife/PE para concluir seus estudos. Inspirado na obra do escritor estadunidense John Gunther, tomou conhecimento da experiência de Haya de La Torre<sup>5</sup> no Peru e passou a mobilizar um grupo de amigos a fim de criar escolas que atendessem os menos favorecidos:

Os fundadores da Campanha não tiveram dinheiro fácil para estudar. Alguns passaram fome para fazer seu curso ginasial [...] E lhes revoltava ver tantos jovens desejosos de outros horizontes culturais e proibidos de alcançá-los por falta de recursos! Filósofos, sociólogos e outros homens de cultura afirmavam não ser justa tão tremenda desigualdade: os filhos dos ricos podiam libertar-se da ignorância; os pobres estavam condenados a permanecer na infra-estrutura social. (GOMES, 1980, p. 12)

A intenção dos jovens é fazer com que a iniciativa seja aceita e reconhecida pela sociedade, e para isso não poupam esforços e argumentos para ressaltar a importância e a nobreza do levante. A educação dos menos favorecidos era por eles vista como a única alternativa para a transformação da realidade, visão essa compartilhada por vários setores da sociedade. A construção de uma sociedade mais democrática e justa só poderia se dar através da educação.

Nosso ideal é colaborar na formação de uma consciência nacional, ajudando a eclosão de personalidades e inteligências talvez brilhantes que se perdem por falta de solidariedade nossa. Queremos os ginasianos pobres – pequenos empregados, operários, trabalhadores – todos conscientes dos deveres para com essa sociedade e dos seus também. Queremos homens que não vejam somente as notícias de jornal – mas que saibam opinar, que compreendam a influência delas na vida de todos e o que elas representam como evolução do mundo, como vitória do bem e como motivo de vida. Aceitamos de melhor grado do que se recebêssemos dinheiro, colegas animados pelo nosso ideal. (GOMES, 1980, p. 19)

A divulgação da Campanha dá-se através de boletins informativos e uma série de artigos publicados em jornais da região ao longo do ano de 1943<sup>6</sup>. Aos poucos, a Campanha

---

<sup>5</sup> Víctor Raúl Haya de la Torre foi um político peruano. Conforme GOMES (1980), criou escolas de alfabetização para indígenas, onde os professores eram estudantes que lecionavam gratuitamente.

<sup>6</sup> Nesse momento o país passava pelo regime ditatorial Estado Novo, tendo como presidente Getúlio Vargas. Durante o *Estado Novo*, a indústria e a causa trabalhista entraram em evidência e, a partir disso, Getúlio configurou-se como uma figura popular, referência dos trabalhadores, *pai dos pobres* (FAUSTO, 2006). No entanto, a intervenção direta do regime não se deu somente no setor econômico. No campo da educação, o regime era centralizador, rompendo com a autonomia dada aos Estados em reformas anteriores. Este cenário instigou os jovens estudantes a se mobilizarem pela Campanha.

vai se expandindo por outros estados do Nordeste. Ao longo dos anos, a Campanha seguiu se expandindo e passou a exercer importante papel no cenário educacional da época, onde os índices de analfabetismo eram altos e o número de escolas, insuficiente. Ao longo desse período, Felipe Tiago Gomes seguia fazendo viagens para divulgar a Campanha e tentar estabelecer parcerias com o poder público. Tais parcerias irão se consolidar a partir da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubistcheck, quando a CNEC passa a receber subsídios do governo federal.

Ao longo do estudo foi possível perceber que Felipe Tiago Gomes, tinha certa intencionalidade em eternizar sua obra e feitos. Existe uma tentativa de *arquivar a própria vida*<sup>7</sup> (ARTIÉRES, 1998). Na obra aqui citada, em que narra a história da Campanha, é possível perceber que enfatiza sua trajetória pessoal frente a esta, fala de sua abnegação e determinação, ressaltando a importância de levar isso às próximas gerações:

É necessário que os milhares de jovens alunos cenevistas conheçam como surgiu a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. As suas lutas, os sacrifícios dos seus fundadores e a abnegação dos seus dirigentes, tudo isto deve constituir-se em motivo de orgulho para os moços que freqüentam as nossas escolas. É preciso ainda que o ânimo de combatividade daqueles dias não decaia ao nível das coisas comuns, das acomodações fáceis. O nosso passado de lutas e de vitórias não pode ser substituído pela rotina tão cômoda aos indivíduos de índole contrária a aventuras [...] Espero que a minha contribuição à HISTÓRIA DA CNEC seja encarada pelos leitores como narração despreziosa [...] Quis apenas narrar os fatos, muitos dos quais inteiramente ligados à minha pessoa. Daí o personalismo que aparece freqüentemente nestas páginas. (GOMES, 1980, p. 11)

Analisando a trajetória da Campanha, conforme documentos pesquisados, e confrontando-a com as narrativas dos sujeitos aqui entrevistados, é possível perceber que o discurso baseado no idealismo e comunitariedade é construído a partir de seu fundador. O próprio, em vida, fez questão de ressaltar sua dedicação e abnegação, utilizando-as como elementos propulsores das ações de que as escolas necessitavam para manter-se. Para difundir tais princípios, a mantenedora organizava congressos anuais, dos quais participavam membros das escolas cenevistas de todo país, autoridades e o fundador da Campanha.

### **Colégio Santa Luzia: contexto de criação**

---

<sup>7</sup>Artiéres diz que “[...] não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens [...]” Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas. (1998, p.11)

O Colégio Santa Luzia iniciou seus trabalhos em meados do ano de 1968, no distrito de Morungava, zona rural de Gravataí, município pertencente à região metropolitana de Porto Alegre. O distrito de Morungava, criado no ano de 1939, recebeu famílias de imigrantes alemães, oriundas de Lomba Grande (Novo Hamburgo)<sup>8</sup> e é considerado um distrito rural, com pequeno núcleo urbano. Logo após sua criação, passou a contar com a Escola Estadual Estado de São Paulo, o cartório distrital, a subprefeitura e a Paróquia Santa Luzia – todos existentes até hoje. A Paróquia Santa Luzia está diretamente ligada à história do Colégio Santa Luzia, pois as primeiras instalações da escola foram nos fundos da igreja e também na casa paroquial. Sendo assim, tendo sido fundada por um padre e funcionando na igreja, a escola foi batizada com o mesmo nome da paróquia.

O Colégio iniciou seus trabalhos em 1968 e, desta data até o ano de 2007, esteve sob manutenção da CNEG (atual CNEC), entidade surgida no Nordeste do país. Localiza-se na região considerada urbana, mais precisamente na parada 96 da RS 020<sup>9</sup>. Este local pode ser entendido como uma zona de transição ou como um *entre-lugar* (BHABHA, 2013), que “indica que entre um nem isto e nem aquilo, há um conjunto de condicionamentos que produzem um modo de ser da cultura local” (THUM, 2009 apud SOUZA, 2012, p. 52). Nesse sentido, é possível pensar que essa condição produz uma série de práticas e características locais: “Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação [...]” (BHABHA, 2013, p. 20).

### **Da fundação ao esforço pela existência: Os primeiros anos do Colégio Santa Luzia (1968-1979)**

A história do Colégio Santa Luzia está relacionada a três elementos que podem ser considerados o mote para sua criação: uma comunidade fora do perímetro urbano e sem vocação rural, um padre que queria ser professor e tinha ideias muito peculiares sobre a situação da comunidade e uma localidade em que o Estado não cumpriu seu papel de providenciar escola para a população.

---

<sup>8</sup> Maiores informações ver JACHEMET, Célia. BARROS, Vera Lúcia. (Orgs.) **Raízes de Gravataí: história, memória e cidadania**. Gravataí: FUNDARC, 2010.

<sup>9</sup> As linhas de ônibus da cidade de Gravataí são divididas pela numeração dos pontos de ônibus. Assim, a identificação dos locais é sempre dada pela numeração das paradas.

Na década de 1960, o acesso ao distrito de Morungava era bastante precário. Segundo o relato de alguns dos entrevistados, praticamente não havia estradas que permitissem transitar pela região, tampouco meios de transporte disponíveis. Como a grande maioria dos moradores era de origem humilde, somente aqueles poucos com melhores condições financeiras podiam superar essas limitações. Assim, somente alguns habitantes tinham a possibilidade de avançar nos estudos, pois as escolas da região ofereciam apenas o ensino primário:

[...] antes de ter essa oportunidade aqui em Morungava não havia como fazer todo o fundamental, todo o primeiro grau da época, as pessoas paravam no quinto ano, como foi o caso dos meus irmãos mais velhos, que não saíram para estudar porque não tinham condições. (Entrevista Hilda Nascimento, 2014).

A fala da professora Hilda evidencia o que significava a criação de uma escola naquela localidade. Os estudantes paravam seus estudos por não ter condições de prosseguir-lo, o que os impedia de ultrapassar os limites impostos pelas circunstâncias da comunidade.

Diante desse cenário, o então padre Antônio Carlos Fialho, transferido para a paróquia de Morungava no ano de 1963, percebeu que o distrito, ainda que situado fora do perímetro urbano, não tinha anseios de desenvolver seu potencial rural. Nas palavras dele: “Quando eu fui para Morungava, eu achava que era um distrito rural. Mas não tinha uma mentalidade rural...” (2013). Em um primeiro momento, não foi possível compreender o que Fialho queria dizer com essa colocação. Inicialmente, parecia querer dizer que a comunidade de Morungava, embora habitasse um distrito considerado zona rural, não se identificava e/ou reconhecia como tal.

Nessa conjuntura é que surgiu a ideia de fundar a escola. Vendo que a comunidade carecia de uma instituição que propiciasse aos jovens acesso a outros níveis de ensino que não só o primário, Fialho tomou a iniciativa de criar a escola e ao mesmo tempo utilizá-la como meio de desenvolver a *mentalidade rural* da localidade. Isso fica evidente em sua fala quando afirma que criou a escola para que fosse voltada para o trabalho e, que, em paralelo às atividades que desenvolvia junto à igreja, promovia eventos que despertassem o interesse dos moradores da região por máquinas agrícolas e demais utensílios da lida no campo: “Uma vez promovi em um final de semana uma feira que foi uma apoteose, aquela Morungava se encheu de máquinas agrícolas [...] Tinha gente de todo lugar...” (Entrevista Antonio Carlos Fialho, 2013)

Ao longo de sua narrativa, Fialho conta que sempre teve vontade de lecionar. Segundo ele, a ideia nem sempre foi bem vista pelos seus superiores na igreja: “Eu já queria ser professor, quando padre fiz até cursos e coisas, aí queriam me contratar para lecionar aqui no Dom Feliciano<sup>10</sup>. O bispo ficou sabendo e já disse: ‘Se a irmã diretora aceitar ele aqui, eu vou mandar ele lá não sei para onde’...” (Entrevista Antônio Carlos Fialho, 2013).

Embora a ideia de lecionar não fosse bem vista pela Igreja, o então padre levou adiante a ideia de criar uma escola ginásial para a região. Talvez esse gosto pessoal, associado ao cenário local, tenha sido um elemento propulsor para a criação da escola. Através da diretora do Grupo Escolar Nossa Senhora dos Anjos (Gensa)<sup>11</sup>, dona Wilma Camargo, Fialho tomou conhecimento da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), atual CNEC. A partir desse momento, passou a estabelecer contato constante com a sede da CNEG, que se localizava no centro de Porto Alegre.

Aos poucos, através de doações, o prédio da paróquia começou a ser adaptado para receber a escola. Assim, salas de aulas foram adaptadas no espaço existente nos fundos da igreja. Cômodos da casa paroquial também passaram a ser espaços da escola que surgia. Durante o período de construção do prédio, eram enviados para a mantenedora relatórios sobre o andamento da obra e também fotografias dos materiais utilizados e da construção em si. Ainda hoje é possível ver, nos fundos da igreja, marcas deixadas pelas instalações da escola:

A igreja tinha a vantagem que era grande [...] Primeira coisa que eu pensei em fazer foi colocar aquelas paredes móveis durante a semana, mas fiquei com receio de “arriação” do povo [...] aquela parte atrás do altar não existia, aquilo foi construído na minha época, então ali eu fiz sala de aula, fiz sala de aula embaixo e dentro da casa paroquial. Na frente, onde é a sala de visita, também fiz uma sala de aula, botei uma parede móvel ali na entrada do corredor, e ali eu botei uma sala de aula e a secretaria [...] (Entrevista Antônio Carlos Fialho, 2013)

Ao rememorar o período de criação da escola, Fialho relata que contactou até mesmo o presidente da República na época, General Artur Costa e Silva, que era primo de sua mãe: “O presidente da República de então, Artur Costa e Silva, era primo irmão da minha mãe.

---

<sup>10</sup> Dom Feliciano é um colégio confessional localizado no centro da cidade de Gravataí.

<sup>11</sup> O Colégio Cenecista Nossa Senhora dos Anjos (GENSA) foi criado no ano de 1954 e situa-se no centro de Gravataí. Surgiu da iniciativa dos moradores do local, que se uniram para a criação de uma escola ginásial. Percebe-se assim que o contexto de surgimento desta instituição é semelhante ao do Colégio Santa Luzia. Maiores informações: <http://www.gensa.com.br/institucional/a-cnec-em-gravatai/>, dezembro de 2014.



Inclusive foi namorado da minha mãe. Daí eu escrevi para ele e ele me respondeu, acho que o telegrama deve estar arquivado lá [na escola]”.

Não é possível saber se de fato Costa e Silva atendeu ao pedido, e a dita correspondência não foi encontrada nos arquivos da escola e não foi possível saber ao certo qual a solicitação feita. No entanto, o episódio é lembrado também pelo professor Moacir Schreiber:

[...] na época o presidente da República era o Costa e Silva, que era parente parece da mãe do padre, então, ele ajudou de alguma forma a dar um empurrão. Tu imagina, se tu tem um primo presidente para dar um empurrão, imagina na época, imagina na época! [...] E daí a escola teve autorização em 1968, começou mais tarde a espera de autorização, começou em junho oficialmente. (2013)

Entende-se que tais memórias são atravessadas por outras; não se trata de memórias individuais, mas de memórias construídas coletivamente, de forma que o fato rememorado ganha nova roupagem a cada vez que é lembrado:

[...] se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma experiência fosse recomeçada [...] Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Para formular o currículo do ginásio, Fialho baseou-se no currículo do Grupo Escolar Nossa Senhora dos Anjos (Gensa). Essa instituição, por também pertencer à rede cenecista, sempre prestou apoio ao colégio, não em questões financeiras, mas organizacionais. Sendo a intenção do então padre criar uma escola voltada para o trabalho, foi batizada de “Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT) Santa Luzia”. Assim, ao longo do processo de consolidação da instituição foram sendo arrecadados materiais para a formação de uma oficina, que seria base das aulas voltadas para Técnicas Agrícolas.

Uma das possíveis explicações para justificar a preocupação do então padre em desenvolver a ruralidade da comunidade está no fato de que, naquele momento, a CNEC estava investindo fortemente no currículo escolar voltado para o trabalho, seguindo os preceitos do regime militar. Nesse caso, se a escola que tinha a pretensão de criar fosse voltada para o trabalho, a CNEC aceitaria sua manutenção com maior facilidade. Fato que corrobora com essa hipótese é o de que a mantenedora forneceu parte dos materiais necessários para o funcionamento de uma oficina voltada para o trabalho agrícola.

Pelo que se pôde verificar, quando a escola iniciou seus trabalhos, nas instalações da igreja já existia um terreno que havia sido doado por membros da comunidade para a construção do prédio da escola. Conforme contam os professores Antônio Carlos e José Moacir, foi uma doação coletiva, com participação inclusive de Irmãs Salesianas, que recentemente haviam se instalado em Morungava. Os materiais doados para a oficina de técnicas agrícolas acabaram sendo guardados na construção que fora iniciada nesse terreno e acabaram se perdendo com o passar do tempo.

Nesta fase inicial da escola, Fialho pôde contar com o apoio de professores, que lecionaram gratuitamente. Alguns vinham dos arredores, de Gravataí e Taquara. Em seguida, vieram freiras da Congregação Irmãs de Jesus Crucificado. Quanto às mensalidades, foi estabelecido um valor, e os pais contribuía. Desde o princípio a escola apresentava uma situação financeira instável. O dinheiro arrecadado com as mensalidades não era suficiente, então, outros meios de arrecadar verbas foram sendo desenvolvidos.

Após cinco anos na direção da escola, Fialho decidiu deixar o cargo: “Achei que não tinha mais condições psicológicas para ficar na direção, aí entreguei para o Moacir.” (Fialho, 2013). O desligamento de Fialho da igreja e o êxodo dos moradores da comunidade para zonas urbanas foram os principais motivos para a não permanência na direção da escola: “De repente deu aquela evasão rural, Morungava se esvaziou, aí foi que eu entrei em um desânimo e não tive mais coragem de enfrentar as coisas” (Fialho, 2013). Embora afastado do cargo administrativo, Fialho permaneceu como professor de História da escola até o ano de 1983, quando se aposentou.

Com a saída de Fialho, assumiu o cargo de diretor José Moacir Schreiber, que lecionava na instituição desde 1971 e é filho de um dos apoiadores da escola. Ele chegou à direção através de um convite do *setor estadual*<sup>12</sup> da CNEC:

Eu sei que eu então, com vinte anos, eu assumi a direção, tendo aula para dar, e sempre continuei dando aula também. Porque, quando diretor, nunca me afastei da sala de aula [...] A escola era menor, era um outro contexto, mas quando diretor continuei dando aula, português/inglês, geralmente de quinta a oitava séries. (Entrevista Moacir Schreiber, 2013)

Nesse momento o grande desafio era a permanência da escola e sua manutenção diante de um quadro financeiro extremamente instável. “O maior desafio em todo tempo em que eu

---

<sup>12</sup> O *setor estadual* da CNEC estava diretamente ligado com a sede de Porto Alegre e poderia interferir nas questões administrativas da escola: “O que a CNEC estadual cobrava era: A prestação de contas anual, o orçamento, a assembleia [...] Mas não tinha ingerência na parte pedagógica, era mais na parte administrativa.” (Entrevista Moacir Schreiber, 2013)

estive na direção não foi realmente o lado pedagógico, era a própria sobrevivência da escola” (Entrevista Moacir Schreiber, 2013).

Para que a escola sobrevivesse em meio a essas condições pouco favoráveis, foram tomadas diversas iniciativas ao longo dos anos. Pode-se considerar que o esforço da direção e corpo docente em prol da permanência da escola é parte da construção de uma cultura escolar. As ações para levantamento de fundos para a escola mobilizavam constantemente a direção, corpo docente e até mesmo a comunidade:

Bem, funcionava assim: tinha o conselho comunitário (Setor Local), mas a diretoria é que geria essa parte do financeiro, era estipulada assim uma mensalidade, a escola cobrava durante o ano mediante recibo. A escola fazia muitas e muitas vispadas, fazia mocotó, fazia risoto, isso tudo não para complementar e sim para se manter. Era uma briga de facão, só quem estava junto, quem vivenciou, viu o que era.

Diante da situação financeira crítica, a solução encontrada foi a de desenvolver junto à comunidade uma série de ações e eventos que rendessem benefícios para a escola. Percebe-se aí que tais eventos desempenham dupla função: a primeira e óbvia, de arrecadar fundos para a manutenção da escola. Mas, ao mesmo tempo, tais eventos acabaram por se desdobrar em uma maneira de a escola se fazer presente no cotidiano da comunidade, reforçando assim a ligação entre ambas.

Pode-se dizer que tais práticas incitam o desenvolvimento de um apego em relação à instituição. Ou seja, o desenvolvimento de um processo de construção da ideia de pertencimento. Nesse contexto, dá-se a adesão ao discurso comunitário, no qual a escola se constitui como parte da comunidade e a comunidade tem responsabilidades para com ela. A ideia de luta pela permanência da escola, de lutar para “preservar o que é nosso” caracteriza e ratifica o discurso da CNEC, tornando-se mais um elemento da cultura escolar do Colégio Santa Luzia.

Ou seja, a *cultura escolar* que ora se constitui está diretamente associada à postura idealista da mantenedora em relação à educação, pois esta permeia a relação do corpo docente com a escola e da escola com a comunidade de Morungava:

Eu sempre fui um cara idealista, sempre. Até hoje na minha vida [...] Eu não sou o tipo de pessoa apegada às coisas, eu quero fazer uma coisa para o mundo, não só para mim. [...] na época, eu não sei por que eu tinha essa noção - talvez devido a essa filosofia incrustada na gente de idealismo que veio lá quando começou a CNEC – que a gente não podia deixar morrer uma escola como a nossa. Então a gente fazia o que não podia na parte financeira, fazia das tripas coração, para conseguir manter. (Entrevista Moacir Schreiber, 2014)

Gomes (1986) refere-se à Campanha da seguinte forma:

[...] Esta CNEC, é obra de muitos, pois muitos trabalharam muito nela. É uma obra em prol de um ideário nascido de uma carência. Não é obra minha somente, pois nem forças teria para sozinho construir a PONTE CENECISTA. A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade nada mais é, pois, que uma grande Família que não se desalenta na pobreza, no trabalho e no sacrifício. Não desanima a luta e não sabe chorar diante de dificuldades, e tampouco bimbalha sinos nos seus momentos de vitória [...] A CNEC nasceu [...] de um estonteante arroubo emocional de idealismo [...] (p. 72-73)

A CNEC tinha a preocupação de transmitir, para as escolas que faziam parte de sua rede, um discurso idealista em relação à educação, pautado na vida do criador da mantenedora. Nota-se nas palavras de Felipe Tiago Gomes um argumento que procura reforçar os laços das escolas com a CNEC, bem como de eliminar hierarquias, frisando a participação e desempenho de todos que compõem a rede cenecista. Moacir conta que participou de congressos organizados pela CNEC em diferentes lugares do país:

Uma vez até nós fomos de carro até Pernambuco, eu, dois professores e o então presidente aqui do setor comunitário, fomos até Recife de carro, em um Chevette [...] Era um congresso alusivo ao aniversário da CNEC. Era feito um grande congresso nacional, a cada ano, ou de tempos em tempos, não lembro, alusivo à fundação da entidade. (Entrevista Moacir Schreiber, 2013)

Iniciativas como essa demonstram o empenho e a dedicação em relação à escola, bem como a constituição de um discurso que reforçava o compromisso das escolas cenecistas em relação à educação.

Entre as ações desenvolvidas para arrecadação de fundos estavam a promoção de eventos como vispadas<sup>13</sup> e almoços. Os *Jogos Escolares Cenecistas* e a eleição da *Garota Cenecista* também se destacam nesse sentido. Moacir diz que, ainda que a escola não tivesse uma quadra ou mesmo time para participar dos jogos, o Colégio Santa Luzia sempre se fez presente. Os preparos para a participação no evento mobilizavam a comunidade. Era uma possibilidade de aqueles alunos/moradores estabelecerem contato com outras localidades, transpondo, assim, as barreiras da época. Moacir conta que, como diretor, fazia questão de incentivar os alunos a participarem dos jogos, e que, ao conversar com ex-alunos da época, tais eventos são recordados com ênfase.

Da mesma forma acontecia com o *Garota Cenecista*, concurso que elegia a mais bela aluna das escolas cenecistas em nível estadual. Como diretor, Moacir acompanhava a candidata escolhida para concorrer no evento regional. Lembranças desses eventos trazem à tona episódios que demonstram o que representava a participação da escola nesses eventos, bem como o que o evento em si representava para a mantenedora. É possível dizer que

---

<sup>13</sup> O mesmo que bingo.

serviam como criador de laços entre as escolas mantidas pela rede. Para o Colégio Santa Luzia, participar de eventos como esses representava sua afirmação, seu pertencimento à rede e sua consolidação.

Segundo o professor Moacir, a participação nesses eventos deu-se ao longo de todo o período em que esteve à frente da escola. Como ele mesmo diz, durante sua gestão o foco era manter a escola financeiramente. A parte pedagógica acabava sendo deixada em segundo plano. Sendo assim, eventos como *jogos cenecistas* acabavam por contribuir na consolidação da instituição e também no aspecto pedagógico, pois na escola os alunos não tinham espaço adequado para a prática de esportes. Logo, a participação nesses eventos oportunizava que os alunos praticassem esportes em locais adequados e ainda conhecessem outros lugares, pois, conforme lembra o professor Moacir, não era comum os jovens saírem de Morungava para localidades mais distantes.

Ao rememorar esses tempos, professor Moacir diz que entendia como um compromisso moral para com a comunidade manter a escola a todo o custo. Diante das dificuldades, ele tomou para si vários problemas e acabou por centralizar muitas das questões que permeavam o cotidiano da escola:

Eu, na época que eu ‘tava na direção, eu volto a dizer, eu via bem assim, parece que eu via mais como um compromisso moral, “eu não posso deixar...” Quer dizer, não dependia só de mim, lógico, mas eu achava às vezes que se eu, eu achava - quem sabe hoje talvez não - que se eu não puxasse, quem sabe ninguém ia puxar [...] Se não tinha, a gente emprestava dinheiro, ou conseguia emprestado para a escola poder se manter [...] A escola apenas mudava a quem devia, mas ficava sempre devendo. Quer dizer, sempre não, mas houve inúmeras situações em que sempre ficava devendo para alguém.

Tal dedicação chama a atenção, pois ao longo de sua trajetória no Colégio Santa Luzia, o professor Moacir Schreiber lecionou em outras escolas - assim como os demais sujeitos desta pesquisa - o que evidencia que não eram questões financeiras pessoais que mobilizavam seu esforço por manter a escola. Segundo ele era “uma doação, uma doação [...] Eu via isso, como diretor eu via dessa forma [...] quando tu ficas muito tempo em um cargo, em uma coisa que não é tua, sem querer aquilo tu achas que é teu, compreendeste?” (2013) Assim, o discurso idealista da mantenedora permeia a existência da escola e impulsiona a dedicação da direção e membros da comunidade para a permanência da instituição.

### **Considerações finais**

Não é incomum que comunidades mobilizem-se em torno de causas que trarão benefícios para suas vidas. Estudos como os de Grazziotin (2008), Kreutz (2000) e Luchese

(2008) demonstram que, em grande parte, no interior do Estado ou em zonas de imigração alemã e italiana, as instituições escolares constituem-se a partir de movimentos internos da comunidade. No caso de Morungava, a ideia não parte da comunidade, mas de alguém vindo de fora, com outra visão de mundo, que viu, naquele contexto, a possibilidade de potencializar o viés rural da região através da criação de uma escola, e aliar isso a sua vontade individual de lecionar.

Para erguer a escola, o padre precisava de apoio financeiro e moral dos moradores do local, e era essa a proposta da rede cenecista, especialmente a partir de fins dos anos 1960, quando a entidade passou a chamar-se “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC” e não mais “Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos – CNEG” (SILVA, 2001). Faço esta ressalva, pois a mudança não está só no nome, mas também no estatuto da Campanha, que passou a prezar essencialmente a participação da comunidade na edificação das escolas. Um dos motivos que levou a essa modificação é o fato de que o caráter gratuito da Campanha começou a ser questionado, visto que havia o pagamento de mensalidades, mesmo que simbólicas, por parte dos alunos.

Diferentemente de escolas maiores e mais bem localizadas, o Colégio Santa Luzia requeria muito esforço do corpo docente para manter-se. Então, pode-se dizer que os professores, especialmente os diretores, incorporaram o desafio de *ser cenecista* – conforme GOMES (1986, p. 13), “a vocação da Campanha é a luta” (p. 13) – e passaram a guiar suas ações a partir dos pressupostos desse lema. O conjunto desses atos constitui uma cultura escolar do Colégio Santa Luzia, que de certa forma é naturalizada, no sentido de que, para aquela escola no período aqui abordado, era *normal* conviver com as dificuldades financeiras e demais adversidades. Por conta disso, o idealismo da CNEC ganhou força nesse meio, e é reconstruído nas representações dos sujeitos acerca desse momento.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, p. 125-136, 1995.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.
- AZEVEDO, Karla Versuka. **A trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em terras capixabas (1948-1971)**. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2007.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

- BORNE, Dominique. Comunidade de Memória e rigor crítico. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Org.). **Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 133-141.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.p.07-37.
- \_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DUARTE, Ariane dos Reis. **Idealismo e educação: as relações entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC e o Colégio Sant Luzia de Gravataí**. Janeiro de 2015. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp: 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- \_\_\_\_\_, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Editora Passagens, s.d.
- \_\_\_\_\_, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- GOMES, Felipe Tiago. **História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade**. Brasília: CNEC, 1980.
- \_\_\_\_\_. **CNEC: a força de um ideal**. Brasília: CNEC Edições, 1986.
- GRAVATAÍ. Prefeitura Municipal de Gravataí. **Gravataí: história e cultura**. Gravataí: Editora Stévia, 2000.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre história oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- \_\_\_\_\_; **Memórias reconstruindo tempos e espaços da educação – Bom Jesus/RS (1913-1963)**. Julho de 2008. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre. 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1,p. 9-43, jan./jun. 2001.
- KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio**. Revista Brasileira de Educação, nº 15, p. 159-176, set./out./nov./dez. 2000.
- LUCHESE, Terciane Ângela. Singularidades na história da educação brasileira: as escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início XX). **Cuadernos Interculturales**,v. 6, n. 11, p. 77-89, 2008.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. Braga: Universidade do Minho: 1996
- \_\_\_\_\_. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2 n. 3, 1989, p.3-15.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: pra além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional da Comunidade – CNEC (1985-1998)**. Janeiro de 2001. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

SOUZA, José Edimar de. **Memórias de professores: histórias de ensino em Novo Hamburgo/RS (1940/2009)**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.